

foi incapaz de responder corretamente às perguntas impostas pela realidade alemã de sua época — realidade esta que impunha aos pensadores problemas de caráter dialético, cuja solução teórica só poderia ser obtida através de uma concepção dialética e essencialmente histórica da sociedade e do homem. Nisto repousam os limites de sua "sociologia compreensiva". Ao rejeitar a Razão dialética, a racionalidade objetiva imanente à história, Weber capitulou diante da barbárie capitalista e acabou prisioneiro do irracionalismo, da aridez formalista e das falsidades do conceito de "racionalização".

## Totalidade e Determinação Econômica \*

Gildo Marçal Bezerra Brandão

*"A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que lhes correspondem perdem, assim, a aparência de sua própria substantividade. Não têm sua própria história nem seu próprio desenvolvimento, mas são os homens que, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material mudam também, ao mudar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento".*

Marx-Engels, *A Ideologia Alemã*

Estas notas pretendem uma rápida passagem em revista de alguns descaminhos metodológicos nos quais as ciências sociais acadêmicas estão acostumadas a trilhar há muito tempo. É bem verdade que assim o comentário é limitado: tais descaminhos são parte de um todo mais vasto, não se esgotam em si mesmos; ao contrário e principalmente, infeccionam boa parte da produção intelectual acadêmica; antes de tudo entre nós, as análises e teorias dominantes sobre

(\*) A versão original deste artigo foi realizada como parte de pesquisa patrocinada pela FAPESP.

a realidade brasileira. Em excelente artigo onde examina as relações entre cultura e política no Brasil, Roberto Schwarz observa que, na última década, os intelectuais brasileiros foram obrigados a tomar um “banho de dialética”. Entretanto, quando se pensa em seus resultados, permite-se uma ponta de ceticismo.

Eis porque a questão de método é uma questão política. De outro modo, poderia ser supérflua ou se arriscar a permanecer formal — apesar de possíveis intenções contrárias — quando desligada e incontaminada pelas análises concretas de situações concretas. Pensando ainda na observação de Schwarz, se os ganhos líquidos foram tão parcos, não necessitamos retomar o ABC? Começemos então.

1. Tornou-se relativamente lugar-comum, inclusive em setores intelectuais progressistas, argumentar que, a partir da segunda metade do século, a tese da determinação em última instância da economia teria perdido sua evidência “revolucionária” em si mesma. Não se trata da antiga e tradicional recusa segundo a qual aquela tese seria pura e simplesmente falsa. Agora a polêmica adquire novos contornos. Afirma-se que tal tese teria se incorporado ao patrimônio de todos, a própria burguesia assumindo-a, aliás, coetânea com o crescente “materialismo” da sociedade civil e com a “neutralização” de suas contradições fundamentais. Tudo consistiria então, na maneira pela qual se efetue a análise das relações entre a infra-estrutura e a superestrutura.

É claro que, nesta argumentação existem momentos de verdade, embora, a rigor, confusos.

De fato, ela é justa na medida em que a ideologia do condicionamento das idéias, da superestrutura ideológica pela sua base material “penetrou” difusamente na consciência social contemporânea. O que pode ser visto nas obras de muitos historiadores, cientistas sociais, etc., que não se reclamam explicitamente de filiação dialética: mas, seriam incompreensíveis sem a influência do marxismo, da aceitação tácita e muitas vezes manifesta da tese da determinação da economia. Suficiente aludir ao exemplo, entre todos relevante, da escola historiográfica francesa dos *Annales* (Bloch, Febvre, Pirenne, etc.). Haveria assim, uma espécie de “caldo de cultura” materialista.

Por outro lado, como a relação entre posição política e postura metodológica nunca é direta e unívoca, ao contrário, pode ser — e é — com frequência contraditória, não é de forma alguma absurdo pensar que “um homem contrário ao capital possa não ser marxista, que um materialista use esquemas próprios ao idealismo, que alguém convencido de historicidade e da ‘novidade’ do mundo industrial, adote os termos a-históricos da antropologia filosófica”<sup>1</sup>.

1. Roberto Schwarz, em *Anatol Rosenfeld, um Intelectual Estrangeiro. Debate & Crítica*, n.º 3, São Paulo, julho de 1974, pp. 23 e 24.

Entretanto, parece também claro que aquele “reconhecimento” do materialismo — da tese da determinação econômica — é, no mais das vezes, parcial. No início do século, tal reconhecimento se limitava quase sempre ao fator “econômico”, por sua vez colocado ao lado de outros fatores, ditos igualmente importantes: o “político”, o “ideológico”, o “psicológico”, o “tecnológico”, etc. Essa postura não deixava de ser combatida<sup>2</sup>.

Seria conveniente investigar se os modernos avançaram alguma coisa. Na nova linguagem, é comum o reconhecimento da “estrutura”, do “nível” ou da “instância” econômica. Mas, como ela se dá?

De maneira análoga, tomada ao lado das demais estruturas, níveis ou instâncias dadas como *autônomas* uma em face às outras, sem que se estabeleçam entre elas vínculos ou relações internas e necessárias, partes diferenciadas e mediadas que são de, e por, um todo, no interior do qual e somente através do qual suas *determinações* — aliás, *contraditórias* — ganham sentido. A operação caminha em sentido inverso: postas lado a lado cada uma das partes, descritos os mecanismos “internos” a cada uma delas, diz-se, pode-se então partir para a sua “articulação” ou “combinação” mútua. E como sempre tende-se a ver, de uma maneira ou de outra, a parte que interessa como a importante, esta (e até mesmo um de seus elementos, escolhido também, como não poderia deixar de ser, de forma arbitrária) acaba sendo privilegiada às expensas do todo, e passa a ser vista como a matriz fundante ou ao menos explicativa da realidade ou do “modelo” considerado — não por acaso o conceito de “modelo” é usado em tais elaborações.

Nestas condições, como se efetua dita “articulação” ou “combinação” das diferentes partes entre si e com o todo? Evidentemente, suas relações serão de exterioridade, sua necessidade apenas formal, postulada interna à prática analítica, ela mesma uma atividade de decomposição, reagrupamento e combinação<sup>3</sup>. Ou então, no extremo oposto, sua necessidade será apenas “prática”, instrumental, operacional, dependendo de que “funcione” ou não, de que o modelo “de conta” ou não da “realidade”.

2. Por exemplo, por Antonio Labriola em *Del Materialismo Histórico (Dilucidacion Preliminar)*, cuja 1.ª edição italiana é de 1898; principalmente da parte VI em diante. Citamos segundo a tradução espanhola de José Prat, publicada por F. Sempere y Compañia, Editores, Valencia, 1902. O texto de Labriola e a chamada teoria dos fatores históricos são também comentados por Plekhanov em suas *Reflexões sobre a História*, edição portuguesa da Editorial Presença, Lisboa, 1970.

3. Por exemplo, em um livro confuso, mas que coloca bem ou mal algumas dessas principais questões vistas de um ângulo, claro, oposto ao nosso: “... qualquer ‘unidade’, qualquer que seja a sua natureza, só pode ser compreendida integrada num sistema mais vasto de que ela é elemento, uma vez

Neste contexto, pouco importa continuar utilizando o termo "totalidade" acompanhado de um adjetivo qualquer; ou considerá-la como um "resíduo", aquilo que, por assim dizer, "sobra" quando a análise é dada por terminada; ou como um "ideal" etéreo, um horizonte evanescente da ciência; ou ainda se, com mais rigor e consequência, ela é jogada fora como um obstáculo inútil e antiquado, próprio de uma perspectiva "totalitária" ou metafísica, e tratada como um "cão morto".

2. Ora, quais os pressupostos dessas operações? Que a realidade ela mesma seja divisível e passível de ser decomposta em seus elementos, e que, no fundamental, cada pedaço ou parte tenha em si própria, em seu desenvolvimento dito imanente, o segredo de sua existência. O que justificaria inclusive o emprego de "métodos" distintos e divergentes<sup>4</sup>, a constituição de ciências "independentes", cada uma ocupando-se da parte que lhe cabe e, com toda probabilidade, atenta às tentações "imperialistas" das demais partes.

Talvez ainda não se tenha realizado o ajuste de contas definitivo — isto é, não somente teórico — com este formalismo das estruturas, níveis e instâncias e de sua combinação. Sua imediata, mas não menor resultante é a rígida dicotomia que se estabelece entre a "estrutura" e as "conjunturas", tomando aquela como a permanente e quase intemporal, e estas como as propriamente mutáveis.

Formalismo sim, — e este é um segundo pressuposto —, na medida em que a realidade é desistoricizada, tomada como simples "matéria" conjuntural amoldável a uma "forma" que mantém com seu substrato uma relação apenas epidérmica. No limite dessa tendência, em Lévi-Strauss particularmente, a explicitação é sem rodeios: o Espírito Humano — a estrutura das estruturas — é definido como função, conjunto de regras operatórias, como forma indiferente e externa à multiplicidade de conteúdos que assume historicamente — um kantismo sem sujeito transcendental, na expressão perfeita de Paul Ricoeur.

Neste caso, é claro que não temos uma explícita recusa à ontologia. Ao invés disso, essa tendência envereda pela diluição do con-

que este sistema exige ser tratado da mesma maneira; o todo verdadeiro não é então mais que o sistema último, incluindo nele todos os subsistemas e não podendo ele próprio ser pensado até ao fim; por outro lado, porque objeto científico e atividade científica são homogêneos um à outra e porque esta atividade é sempre, mesmo quando combira e reconstitui, analítica — trabalhando com variáveis que anteriormente isolou". Em Lucien Sebag, *Marxismo e Estruturalismo*, trad. port. da Editorial Pórtico, Lisboa, p. 54.

4. Para a crítica de alguns desses procedimentos diluentes quando aplicados a um objeto qualquer, mesmo dos mais simples — no caso, um filme —, o artigo de J. Chasin, *Ao Paraíso pelo Inferno do Trabalho*, mimeografado. Departamento de Publicações do DA da Sociologia e Política, São Paulo, 1973.

teúdo na forma. Ou melhor, pela absorção do conteúdo pela forma através da imputação ao objeto das diferenciações sistêmicas, mecanismos combinatórios e regras operatórias daquela. Retomando seus próprios termos: objeto científico e atividade científica são supostos homogêneos um à outra, como diz Sebag, ou homólogos, como diz Strauss, homogeneidade e homologia estas que são dadas através da noção de "estrutura", isto é, de uma "forma" que "é" (vale dizer, se pretende) seu próprio "conteúdo". Ora, longe da superação de um problema clássico (o das relações entre conteúdo e forma), o que temos aqui é a transferência e imputação ao objeto dos limites próprios ao intelecto formal. Em suma, a realidade se submete aos imperativos da racionalidade (formal) do método, a ontologia se subsume à epistemologia.

Uma segunda solução é possível. O formalismo se bifurca em seus caminhos que, não obstante, levam ao mesmo lugar. Assim, o problema das relações entre as partes e o problema das relações entre conteúdo e forma recebem soluções diversas sem, no entanto, deixarem de confluir no essencial.

Aqui, a independentização e o enrijecimento das partes e a dissociação entre conteúdo e forma são, elas mesmas, consequências — e esta é a outra face desse terceiro pressuposto — da dissociação prévia operada entre ontologia e método. Desta vez, é a própria realidade que é diluída em sua dimensão ontológica, esvaziada em sua essência, antes de tudo expulsando dela a contradição e a universalidade concreta que a constitui.

Em um mesmo movimento, e sob pretexto de "antidogmatismo", de não se fazer "metafísica", proíbe-se a teoria de "conceber o que é" (Hegel), de dizer o em-si das coisas, o qual não mais lhe concerne, instaurando desse modo um ascetismo intelectual que já Hegel ironizava duramente. Não somente como a parte em relação ao todo, agora é o método mesmo que é hipostasiado: adquire uma pretensa independência em relação aos seus objetos. Vale dizer, se reifica a si próprio como um para-si, se cristaliza como um aparato autônomo, e passa a funcionar como uma entidade que possui seus critérios de "cientificidade" e "rigor" internos, formais e exclusivos, cuja principal norma é justamente o horror à contradição.

Neste caso, temos de fato um reconhecimento da existência do mundo independente da consciência, e esta é, às vezes, a única tese "metafísica" aceita. Porém, como para esta concepção, a realidade não passa de um amontoado caótico de fatos, coisas e objetos, e em-si desprovida de sentido, o reconhecimento da racionalidade se translada ao método. Isto é, aquela passa a ser propriedade exclusiva deste e, por conseguinte, da epistemologia. Da "ciência", melhor dizendo.

Seja a recusa à ontologia, seja a subordinação desta à epistemologia, em ambas as posturas privilegia-se considerações epistemológicas fixadas em sua unilateralidade e abstração, bem como violenta-se a realidade através do descarte da contradição dialética e do universal concreto que lhe constitui em essência <sup>5</sup>.

Compreende-se então, como o ponto de vista da totalidade — a dialética —, sendo um pensamento que caminha através de determinações (sempre mais ricas e complexas, sempre mais concretas), se coloca em oposição radical a um método que procede por definições (consideradas, além do mais, como a atividade científica por excelência) e privilegia a diferença em lugar da contradição. Ao contrário deste, não se castra a necessidade de “que se alcance o objeto mesmo” (Hegel), e a possibilidade de dizer a coisa tal como ela é em si mesma. Apenas (e este “apenas” é tudo), não a toma em sentido naturalista ou objetivista, mas sim, em seu sentido histórico, a saber: o reconhecimento da objetividade das coisas independentemente da consciência, e o caráter aproximativo da apreensão intelectual da infinitude intensiva e extensiva do objeto e suas relações, apreensão intelectual esta cujo rigor, profundidade e multilateralidade são também uma possibilidade objetiva historicamente determinada <sup>6</sup>.

Ora, posta a questão desse modo, fica ipso facto excluída a possibilidade e a validade de se hipostasiar a própria totalidade às custas das partes. A totalidade não pode ser fetichizada, tomada como um absoluto, como uma entidade qualquer — seja metafísica, seja “construída” pelo pensamento científico, pelo sujeito — que pairasse acima das partes e as subsumisse diretamente. Ela não é um tipo ideal, nem sequer um modelo — construído com independência a partir do recorte do objeto, do isolamento de invariantes e variáveis características — que serviria então para “explicar” a realidade. Igualmente, ela não é um universal que se contrapõe aos singulares como uma essência ou um conceito abstrato à realidade empírica e individual. Nem tam-

5. Como se sabe, a concepção marxista da radical subordinação da epistemologia com relação à ontologia é descendente direta da crítica hegeliana às filosofias reflexivas. — Ver, em especial, a Introdução à *Fenomenologia do Espírito*. A precedência ontológica do objeto em relação às teorias e ideologias que pretendem exprimi-lo está exemplarmente explicitada, entre outras, nas considerações a propósito do “método formal e não filosófico” nos *Princípios da Filosofia do Direito*, trad. franc. de André Kaan, Idées, Gallimard, Paris, 1940, pp. 48 e 49.

6. Sobre a definição e a determinação, cf. Georg Lukács, Prefácio à *Estética* I, 1, pp. 29 e 30. Sobre as categorias do em-si, para-si e para-nós, todo o cap. 13 da *Estética* I, 3, edição da Grijalbo, Barcelona-México, DF, 1966 e 1967, respectivamente. Sobre a categoria de possibilidade objetiva. *Histoire et Conscience de Classe*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1960 e *Conversando com Lukács*, Paz e Terra, Rio, 1969, principalmente o seu “Balanço Provisório”.

pouco um “objeto de pensamento” contraposto ao “objeto real” e mantendo com este relações inteiramente obscuras.

Por outro lado, ela não é a mera soma das partes, nem se compõe do aglomerado delas, verdade velha desde Aristóteles. Podemos dizer, ela é complexa, mas não composta. Empregando a terminologia lukácsiana, ela é um complexo de complexos. Assim, sua apreensão ao modo cartesiano ou empírico é uma impossibilidade. Aliás, no sentido próprio, ela é mais verdadeira, mais “real” que a mera realidade empírica, sem por isso ser absolutamente externa a ela. Ao contrário, só existe e pode ser apreendida através das partes e das relações entre elas.

No processo desta apreensão, sem dúvida, é preciso decompor, diferenciar, separar seus diversos momentos — e “a atividade de separar é a força e o trabalho do entendimento” (Hegel). Porém, não é possível deter-se na figura abstrata de cada um deles isolado, como se já então encontrasse nele mesmo a sua verdade. A unilateralidade abstrata de cada um dos momentos separados exige a sua superação (isto é, sua crítica, absorção e elevação a um nível superior): participam da totalidade enquanto momentos superados <sup>7</sup>.

Daí que a totalidade seja concreta: pressuposto para a compreensão do empírico, é o seu resultado — o conjunto do empírico desenvolvido é a totalidade. Por isso, a totalidade é imaneente a si mesma: imaneente não é o desenvolvimento da parte por si mesma, e sim o desenvolvimento do conjunto das significações. Por assim dizer, é a trama, o tecido das mediações e determinações contraditórias que constitui a totalidade no interior da qual as partes, estruturas, níveis e funções estão submetidas ao seu desenvolver-se: é totalidade em processo.

Em outro plano, ela não é um dever ser oposto ao ser do processo. É este ser mesmo que é uma totalidade, a realidade unitária cujas partes, objetivações ou “formas superiores de recepção e reprodução da realidade, a ciência e a arte, se diferenciam, se constituem de acordo com suas finalidades específicas, alcançam sua forma pura nessa especificidade — que nasce das necessidades da vida social”. E, por isso, a essência de cada uma dessas formas “não pode ser conceituada sequer aproximadamente, senão em constante comparação com os demais modos de reação” <sup>8</sup>.

7. “É da essência do método dialético que nele os conceitos falsos na sua unilateralidade abstrata sejam superados. Entretanto, este processo de superação obriga ao mesmo tempo a operar constantemente com esses conceitos unilaterais, abstratos e falsos, a dar aos conceitos sua significação correta, menos por uma definição que pela função metodológica que eles assumem na totalidade enquanto momentos superados”. Lukács, *Histoire et Conscience de Classe*, p. 15.

8. Ainda aqui, Lukács, *Estética* I, 1, pp. 11 e 12.

3. Ao colocar o problema da determinação econômica fomos levados a tematizar antes o problema da totalidade. Não é de se estranhar, pois, como esperamos ter deixado claro, a elucidação deste é pressuposto para a inteligência daquele. O próprio argumento que afirma a “neutralização” atual da determinação econômica remete para a questão da totalidade: tudo passa a depender da maneira pela qual se efetua a análise das relações entre a infra-estrutura e a super-estrutura. Por outro lado, não é um ponto de vista qualquer e abstrato sobre uma genérica e indeterminada “totalidade” que é descartado pelos procedimentos metodológicos que estamos criticando. Ao contrário, acontece com frequência o conceito ser usado — até mesmo sob outros nomes — sem que, no entanto, exista identidade de conteúdo. A identidade dos nomes e, às vezes, de certas determinações pode confundir, mas não encobre a diversidade real. De fato, recusa-se uma totalidade muito específica e que *faz corpo* com a tese da determinação em última instância da economia. Senão, vejamos.

Regra geral, a polêmica se faz sob o signo do “antieconomicismo” e da necessidade de conceder o devido peso à “autonomia relativa” dos demais níveis da totalidade social. Em si, nada mais justo. A questão está, obviamente, em como ela é feita e a quais resultados chega. Para exemplificar, tomemos a interpretação althusseriana das relações entre a infra e a superestrutura. A consideração sobre Althusser se impõe em virtude de que sua teorização é uma das principais fontes — mesmo quando, às vezes, rejeitada de modo explícito — onde se vai tacitamente buscar autorização para certas operações.

O propósito da análise althusseriana se dirige contra o mecanicismo que pensa aquelas relações como causalidade direta e imediata, como relação de “causa à efeito” entre a infra e a superestrutura<sup>9</sup>. Daí, segundo ela, a necessidade de se pensar: 1) a “autonomia relativa” dos diferentes “níveis” ou “instâncias”, da superestrutura em relação à base; 2) a “ação de retorno” da superestrutura sobre a base. Aparentemente, tudo dentro da melhor tradição dialética. Entretanto, vejamos onde vai dar a interpretação “espacializante”, “tópica” da metáfora clássica.

Pensar “topicamente” a determinação em última instância da economia pressupõe que haja uma série de instâncias intermediárias, postas ao lado, *por cima e embaixo* umas da outra, como diz Althusser, que — considerada a “autonomia relativa” de cada uma delas — podem jogar o papel de “pólo dominante” segundo as conjunturas, a economia só determinando em “última instância”. Conceda-se estatuto teórico e respeitabilidade acadêmica ao jogo de antinomias e alternâncias da conhecida retórica “sobre a contradição”, e temos

9. Nosso comentário se prende principalmente ao texto *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, ed. port. da Editorial Presença, Lisboa, 1974.

uma série de “contradições” principal e secundárias e de “aspectos” principais e secundários dessas “contradições”, todos eles *permutáveis* entre si dependendo de sua *combinação e alternância recíproca*. Por esse caminho e em nome do “rigor”, se “afrouxa”, por assim dizer, a determinação da economia que só “age” em “última instância”. Seria demais sugerir que, enquanto esta não “atua”, pode-se ficar “combinando” arbitrariamente o quanto se queira? Quais os critérios que impediriam?

Examine-se atentamente o papel que se atribui à ideologia no contexto de uma leitura “tópica”. O jogo de alternâncias da “contradição sobredeterminada”, tal como entendida por Althusser, inclui todos os níveis, cujos “lugares” são histórica e conjunturalmente intercambiáveis entre si. À exceção da *ideologia em geral*. A ideologia é tomada como o “cimento” do “edifício social”, este não existe sem aquela. Porém, isto passa a valer para todas as épocas históricas, pois a ideologia é dita *eterna e imutável*, sem história, à diferença das *ideologias particulares* que são históricas, sobredeterminadas pelas contradições de classe.

Ora, algo que não é transcendente, mas omni-histórico, “imutável na sua forma ao longo da história”, é algo que não só não tem conteúdo, como está literalmente *fora da história*. Não só nos encontramos perante uma singular *disjunção entre natureza e história*<sup>10</sup>, como reconhecemos a verdadeira face do “processo sem sujeito”, que é, aliás, conhecido, a saber, ele é uma forma vazia, uma estrutura *a priori*. E, como em todo estruturalismo se elimina a problemática do sujeito, ela — a ideologia em geral — tem “atores”, mas não “autores”. Os intelectuais, esses “funcionários da superestrutura”?<sup>11</sup>

10. Totalmente ao contrário, da perspectiva dialética “não há solução de continuidade entre um modo de produção e uma formação social concreta, como se o primeiro pertencesse à ordem do pensamento e a segunda à ordem do real. Toda a questão reside na passagem daquela a esta, que, do ponto de vista sistemático, configura um processo de objetivação e constituição duma realidade social que se espessa na medida em que incorpora novos pressupostos. Ora, nesta travessia, importa ao menos distinguir dois movimentos, a reflexão das condições essenciais, voltando enriquecidas ao ponto de partida, e o comparecimento dos pressupostos históricos, que não são repostos, seja qual for a sua origem. Isto se nos atermos a um dado modo de produção, cuja unidade se edifica por meio da dominação de uma certa relação de produção; ou melhor, por meio duma circularidade principal que termina por subjugar todas as outras”. J. A. Giannotti, *O Ardil do Trabalho, Estudos Cebrap 4*, São Paulo, junho de 1973, p. 50.

11. Donde a “prática teórica” como a forma por excelência da prática revolucionária? Não é preciso ir tão longe. Porém, causa espécie que, em flagrante desrespeito à história, se defenda a tese segundo a qual a especificidade da superestrutura (o “pólo dominante”) capitalista em relação à feudal estaria na substituição do duo Igreja-Família pelo duo Escola-Família e. por

Disjunção entre natureza e história — naturalização da história <sup>12</sup>. Portanto, não é de estranhar que Althusser examine primeiro as “condições de reprodução dos meios de produção” e, em seguida, as “condições de reprodução das relações de produção”. Um de seus companheiros de viagem teórica, Maurice Godelier — não obstante, talvez mais radical em sua estruturalização da dialética — já havia avançado a tese segundo a qual não se trata apenas de duas estruturas distintas, como se sabe, mas *externas* uma à outra <sup>13</sup>.

Não há como escapar: estamos diante da impossibilidade de pensar as *relações dialéticas* entre forças produtivas e relações de produção, cujo elo interno e essencial é dado por uma determinada classe social que é, ela própria, a principal força produtiva — e que,

conseqüência, “o aparelho escolar é de fato o aparelho ideológico de Estado dominante nas formações sociais capitalistas” (p. 62). Seria exagerado encontrar aqui uma sibilina justificação do trabalho acadêmico e da *soi disant* “revolução” estudantil?

12. Respeitando, aliás, as próprias indicações de Althusser. Ele mesmo aproxima sua leitura “positiva” (i.é, não meramente “negativa” como a de Marx na *Ideologia Alemã*...) da tese segundo a qual a ideologia “não tem história”, da tese freudiana que diz “o inconsciente é eterno” (pág. 75). Foge aos nossos propósitos aqui explorar as razões e conseqüências — de qualquer modo, bastante visíveis — dessa aproximação. Sabe-se que também Lévi-Strauss se recusa a unir o homem e a história. Em Marx, que a ideologia não tenha história quer dizer, obviamente, que o conteúdo e a verdade da ideologia não estão nela mesma, mas na prática histórico-social dos homens. Em Althusser, a partícula negativa se transforma em “antes” ou “fora” da história: no pensamento. Esta “positividade” é de fato o oposto da “negatividade” materialista: é uma positividade idealista. — Por outro lado, note-se de passagem a dimensão do chamado “rigor” althusseriano. Ele qualifica repetidas vezes a *Ideologia Alemã* de “positivista-historicista”. Entretanto, não há, nem no texto nem em sua obra inteira, qualquer tentativa sistemática de fundamentar tal juízo. O qual não passa, assim, de um simples argumento de autoridade.

13. Em *Sistema, Estrutura e Contradição em “O Capital”*, que faz parte de *Problemas do Estruturalismo*, Zahar Editora, Rio, 1968, págs. 84 e segs. Godelier chega a afirmar que “as contradições podem ‘ferver’, disto não sairá necessariamente solução se não houver desenvolvimento das forças produtivas (ao contrário, pode haver aí reprodução cíclica dos conflitos sociais, estagnação etc.)”, p. 92. Também aqui os caminhos são diferentes, mas levam ao mesmo lugar. Como é arqui-conhecido, em Marcuse é o desenvolvimento das forças produtivas que é estigmatizado e, já que a classe operária foi cooptada pelas benesses do capitalismo “tardio”, a contradição fundamental deixou de ser *interna* e passou a ser *externa*. Isto é, agora, são os párias do sistema, aqueles que ainda não foram submetidos à reificação total, e os chamados portadores da “consciência crítica”, que são “a esperança dos desesperados”. (Ver, em especial, a *Note sur la Dialectique*, que serve de prefácio à edição francesa de *Raison et Revolution*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1968; e *Sobre a Categoria de Negação na Dialética*, em *Idéias para uma Teoria Crítica da Sociedade*, Zahar Editores, Rio, 1970). Enfim, sob a aparência de “radicalismo” se desenha um conformismo sistemático. Do interior do capitalismo ou fora dele, essas posições não perfazem senão o caminho da eternização de condições históricas determinadas.

por isso mesmo, se constitui processualmente como *sujeito da história*. Donde, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas se faz, necessária e rigorosamente, através da luta de classes. Nenhuma novidade nisso, nunca foi outra a tese dos clássicos.

Althusser, entretanto, já que reconhece à história uma função sobredeterminadora, e aceita apenas formalmente a noção de processo, é obrigado — com coerência, aliás — a ficar girando no interior do círculo fechado e da repetibilidade constante das “condições de reprodução do modo de produção capitalista”, do eterno retorno do mesmo. Pensando no papel reservado à ideologia, tudo se passa como se esta fosse o óleo que a máquina (a estrutura, o modo de produção) segrega e sem o qual não poderia funcionar; ou como uma espécie de motor imóvel e imutável que está na origem de um movimento — o da reprodução das condições de produção — que guarda da circularidade dialética da reflexão do trabalho tão-somente a aparência verbal.

4. Estamos afinal em condições de retomar o sentido próprio da tese da determinação em última instância da economia. Nos clássicos marxistas, a metáfora das relações entre a base e a superestrutura está longe de ser “espacializante”. Totalmente ao contrário, ela é, se se quiser, “temporalizante”, isto é, histórica.

Determinação em última instância da economia quer dizer precisamente que depois dela não há nenhuma outra. Portanto, que a determinação econômica é a mais profunda, que nela se atinge o fim, a raiz de uma dada estrutura social. É a determinação mais radical — aquela que vai às raízes das coisas. E, dado o caráter circular da dialética, em que os resultados se tornam, por sua vez, pressupostos, se ela é fim, é também começo — a história começa com a produção dos meios de produção da vida material mesma, primeiro ato histórico. Portanto, esta determinação tem o sentido de radicalidade e gênese: não por acaso ela é base e tem a significação e o peso de uma “anatomia”, e “pode ser objeto de rigorosa verificação”, nos termos do Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

Compreende-se então “porque o ponto de vista genético se impõe em toda parte”, e que “não é estranhável pois que fatores que não intervenham diretamente no processo de reposição ocupem lugar secundário, dependente, a exigir uma explicação suplementar — aqui se abre o espaço para as superestruturas” <sup>14</sup>.

Numa formulação provocativa: longe então de levar a um qualquer “afrouxamento” da determinação econômica em proveito de qualquer outro nível “relativamente autônomo”, a análise materialista

14. Novamente aqui J. A. Giannotti, no já citado *O Ardil*..., p. 44.

é rigorosamente um determinismo, porém não um fatalismo nem um mecanicismo. E, do mesmo modo, também aqui se recusa a compartimentalização e o hipostasiamento do nível "econômico" às expensas dos demais. Trata-se, bem ao contrário, de apreender a totalidade concreta das múltiplas determinações, totalidade histórica esta que tem por base, raiz e gênese, não é demais repetir, a economia. Vale dizer, trata-se então de apreender o processo de autoprodução do homem pelo trabalho em suas manifestações e concreções determinadas<sup>15</sup>.

Será ainda preciso dizer que a "economia" (como também, claro está, qualquer outro "nível") não é um domínio qualquer que poderia ser intuído, delimitado e definido através da comparação e justaposição das diferentes representações existentes acerca dela, a correção da definição consistindo no acordo entre tais representações? Radical-

15. Em Lukács, no que aliás está sendo rigorosamente ortodoxo, o dualismo — em si mesmo metafísico — entre, de um lado, o determinismo economicista, ou seja, a concepção das "leis e contradições inexoráveis que levam à derrubada inevitável do capitalismo" e, de outro, o voluntarismo e messianismo político, ou seja, a concepção da política e da "vontade dos homens ou das massas que fazem a história" como a determinante, é superado ao próprio nível da economia. Isto é, a partir da concepção do trabalho como modelo e protoforma da prática, e da economia como se constituindo a partir da multiplicidade de atos teleológicos, mas, enquanto totalidade, não sendo, ela mesma, teleológica. E sobre esta base: a concepção do homem como um ser que responde, dentro de uma certa margem de liberdade, às alternativas concretas postas pela existência social e pelo desenvolvimento histórico; mesmo que em um determinado momento as mediações não sejam claras ou não tenham sido explicitadas, mas vindo a ser, pelo curso do próprio desenvolvimento. Concebendo então o socialismo como uma alternativa inscrita no processo mesmo, como uma possibilidade objetivamente posta — a humanidade só coloca problemas que pode resolver —, mas que, para se efetivar, depende das escolhas e lutas concretas dos homens e das classes. Assim, resguarda-se a possibilidade de retrocessos históricos. E, em contrapartida, exige-se um pensamento que rigorosamente se cole ao real, ao ser social, buscando compreendê-lo, atento às suas transformações, avanços e recuos, à sua marcha ziguezagueante, de maneira a discernir qualquer possibilidade meramente abstrata, a eliminar qualquer "dever ser" utópico e abstrato. Isto, em última análise, porque: a) não se expulsa da concepção da economia e conceito de trabalho entendido em seu sentido econômico — aliás, o erro básico do jovem Lukács; b) não se pensa um "nível econômico" e um "nível político", mas a economia política como a chave e a anatomia de processo histórico a qualquer momento considerado; c) não se reifica, portanto, o conceito de modo de produção, mas se pensa as relações dialéticas entre forças produtivas e relações de produção; dado que as classes devem, fundamentalmente, ser definidas pelo lugar que ocupam no processo de produção; e d) toma-se pela raiz a tese segundo a qual são os homens que fazem a história, mas em condições não escolhidas por eles. — Ver, entre outros, *Histoire et Conscience de Classe*, ob. cit. e *Conversando com Lukács*, ob. cit. pp. 170 e segs.

mente distinta, a análise dialética procura tematizar e reproduzir intelectualmente um processo<sup>16</sup> de objetivação e constituição histórica.

Em outras palavras, para a dialética, a "objetividade do ser social — que tem sua chave na economia, no 'metabolismo entre o homem e a natureza' — só pode ser compreendida na medida em que se analisem as determinações ontológicas postas pelo trabalho (particularmente a relação entre causalidade e teleologia) e repostas em todas as modalidades da praxis social"<sup>17</sup>.

O que não quer dizer, bem entendido, que não se possa utilizar a expressão "autonomia relativa" — os clássicos e toda a tradição o fizeram amplamente. Compreende-se o seu valor didático-pedagógico, de chamar a atenção para a multiplicidade de determinações do real e para os diferentes níveis de suas concreções, contra os costumeiros reducionismos. A correta inteligência desta fórmula exige, em consonância com os princípios da metodologia dialética, que se tematize enfim o processo pelo qual esses diferentes níveis chegaram — sobre a base das necessidades sociais — a tal grau de "autonomia" e especificidade no interior da totalidade — o processo, e não a simples e funcional delimitação e fixação "conceitual" de um campo ou "nível" dado de uma vez por todas à intuição e à representação.

Porque não há relação de subordinação e hierarquia entre a super e a infra-estrutura. Primeiro, porque o primado do infra-estrutural é, antes de tudo, uma questão de fato: uma determinação do reino da necessidade. Segundo, porque a relação entre elas é de manifestação: a infra-estrutura se manifesta na superestrutura, através da superestrutura<sup>18</sup>. Desde logo, é claro que tomamos aqui o termo

16. "Com efeito, a coisa não se consoma no seu fim, mas na sua atuação, e o todo efetivo não é o resultado, a não ser juntamente com o seu devir. O fim para si é o universal sem vida, assim como a tendência é o puro impulso que ainda carece de sua realidade efetiva; e o resultado nu é o cadáver que a tendência deixou atrás de si". Hegel, Prefácio à *Fenomenologia*. Usamos a excelente tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz para o vol. XXX da col. Os Pensadores, Abril Cultural, São Paulo, 1974, p. 12. Na tradução de Hyppolite — *La Phénoménologie de L'Esprit* — para a Aubier-Montaigne, Paris, a citação está na pág. 7.

17. Conforme Carlos Nelson Coutinho em prefácio à edição brasileira do livro de György Markus, *A Teoria do Conhecimento do Jovem Marx*, Paz e Terra, Rio, 1974, p. 12. Devemos acrescentar que este artigo já estava redigido quando tomamos conhecimento do excelente *Notas sobre a categoria "Modo de Produção"* — para uso e abuso dos sociólogos, de J. A. Gianotti, mimeo., que examina a problemática que tentamos esboçar.

18. Agnes Heller, *Hipotesis para una Teoria Marxista de los Valores*, trad. esp. de Manuel Sacristán, Grijalbo, Barcelona, 1973, notadamente sua discussão do § 2 sobre "El valor como uma de las categorías primarias de la práctica social". De resto, a realização mais acabada deste princípio metodológico aplicado aos estudos das superestruturas é, sem dúvida, a monumental *Estética* de G. Lukács, até aqui publicada sua primeira parte.

“manifestação” em seu sentido hegeliano: como fenômeno, isto é, “um certo tipo de realidade, e não no sentido kantiano, para o qual o fenômeno seria um produto do homem que se contrapõe à *coisa em si*”<sup>19</sup>.

Pode-se dizer, a constituição do objeto social — sua objetivação — é inseparável de suas manifestações, de tal maneira que aquela não existe sem estas, aquela se perfaz através destas. Daí, inclusive, como se sabe, um dos sentidos do termo “ideologia”: falsa consciência sim, mas socialmente necessária, historicamente determinada. Não se trata de opor a infra à superestrutura como se fosse a “essência” contraposta à “aparência” ou a verdade à ilusão (erro). A *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* já indicava o caminho: a essência é a aparência consciente de si mesma, isto é, desenvolvida, determinada, concretada<sup>20</sup>. Assim, de fato, a “coisa em si” não existe: é o conjunto de suas determinações. “Uma vez especificadas, só por isso estão explicadas” (Marx).

5. O desdobramento de nossa reflexão leva a que se negue a existência, no marxismo, de algo como um “vazio teórico” a ser preenchido, situado entre o tratamento dispensado à economia e o tratamento dispensado à política e à superestrutura em geral — “vazio teórico” este além ou aquém da contingente incompletude de *O Capital* e do caráter de uma teoria que pretende se subordinar às grandes linhas de transformação do real. Do mesmo modo, trata-se de coisa diversa de uma ambigüidade ou de um oportunismo polêmico que se esgotaria em, frente ao idealismo, enfatizar a determinação econômica e, frente ao economicismo, enfatizar o papel das superestruturas.

Ao contrário, podemos compreender de forma exata porque a concepção dialética da história é a *superação* (naquele sentido hegeliano do termo) tanto do idealismo quanto do materialismo (vulgar). Ou seja, o justo *tertium datur* entre extremos opostos fetichizados. Como se diz na *Ideologia Alemã*:

“Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo para isso da produção material da vida imediata, e em conceber a forma de intercâmbio correspondente a este modo de produção e engendrada por ele, isto é, a sociedade civil em suas diferentes fases, como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando com base

19. *Conversando com Lukács*, p. 123.

20. “(Em Hegel)... o falso é um momento da verdade não mais como falso. Na pura historicização da dialética, esta constatação se dialetiza ainda uma vez: o ‘falso’ é um momento do ‘verdadeiro’ enquanto que ‘falso’ é enquanto ‘não-falso’”. Lukács, *Histoire et Conscience de Classe*, p. 15.

nela todos os diversos produtos teóricos e formas de consciência, a religião, a filosofia, a moral etc., assim como estudando a partir dessas premissas seu processo de nascimento, o que, naturalmente, permitirá expor as coisas em sua totalidade (e também, por isso mesmo, a ação recíproca entre estes diversos aspectos)”<sup>21</sup>.

Podemos agora concluir. Esperamos ter demonstrado a inseparabilidade metodológica dos conceitos de totalidade e determinação em última instância da economia. Nos anos vinte ou trinta, Gramsci costumava observar que muitos pensam combater o materialismo quando, na realidade, estão combatendo é o economicismo. Astúcia da história, hoje esta observação deve ser invertida para continuar a ser verdadeira: pensando estar combatendo o “economicismo”, o que muitos combatem é o materialismo.

21. Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo, 1968, 2.<sup>a</sup> edição, p. 40.